

CORREIO CENTRO-OESTE

Felipe Noronha/SEEDF



Famílias relatam falhas em novo sistema de distribuição

TCDF cobra GDF e BRB sobre entrega de uniformes escolares

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) determinou que a Secretaria de Educação (SEE-DF), o Banco de Brasília (BRB) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF) apresentem esclarecimentos sobre o novo formato de distribuição de uniformes da rede pública. A medida ocorreu após representação que questiona a contratação do BRB sem licitação e aponta possíveis problemas com custos e execução do programa. A Corte também pediu informações sobre dificuldades na implantação do sistema. Entre os pontos analisados estão relatos de famílias com problemas para usar os cartões, falhas na plataforma de compras, quantidade de lojas credenciadas e atrasos na retirada das peças pelos estudantes.

Encontro debate o agronegócio do DF

A Consilius Business promoverá, no próximo dia 25, um encontro voltado ao agronegócio no Auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (Crea-DF), em Brasília. Participam produtores rurais, empresários, pesquisadores e representantes do setor público. A iniciativa ocorre em parceria com a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) e o Crea-DF para incentivar a troca de conhecimentos.

Divulgação/Sema-DF



O decreto deve ser publicado nos próximos dias

GDF regulamenta manejo do pirarucu

O governo do Distrito Federal (GDF) deverá publicar nos próximos dias o decreto que regulamenta o manejo e a captura do pirarucu nos corpos hídricos da capital. A medida permitirá a retirada da espécie exótica invasora por pescadores artesanais e profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), conforme regras ambientais, sanitárias e de segurança da navegação. O texto determina que os exemplares capturados não poderão retornar ao ambiente natural. Os peixes poderão ser destinados ao consumo, à venda ou a pesquisas autorizadas.

DF: Justiça condena rede de academias

A Justiça do Distrito Federal condenou três responsáveis pela rede de academias Corpo e Saúde a dois anos e oito meses de reclusão por irregularidades no consumo de energia elétrica. A decisão atendeu à denúncia do Ministério Público (MPDFT). A sentença determinou o pagamento de R\$ 469.120,31 à Neoenergia para reparação financeira. O MPDFT recorreu para pedir aumento das punições.

Exposição

O Museu da Imagem e do Som de Goiás inaugura hoje (17), às 9h, a exposição No tempo do acontecimento, de Adriana Bittar. A mostra reúne fotos de festas tradicionais e registra manifestações culturais locais, com foco em aspectos que fogem ao padrão e preservam presença e singularidade nas celebrações.

Terceira idade

A prefeitura de Cuiabá (MT) promove, até sábado (20), ações para fortalecer vínculos, incentivar cidadania e valorizar idosos. A agenda inclui gincanas, debates, caminhadas e festa junina, com participação dos frequentadores dos centros de Referência de Assistência Social (Cras) e de Convivência de Idosos (CCIs).

Sangue

Os estoques de sangue em Mato Grosso do Sul estão em baixa. O tipo O+ está em 24% e o tipo O- em 36%. Para reforçar o abastecimento, o Hemonúcleo de Corumbá (MS) realizará uma ação de doação no sábado (20) para atender pacientes que dependem de transfusão e ampliar o número de bolsas disponíveis.

Fundo Imobiliário

O governo de Goiás enviou à Assembleia Legislativa (Alego) um projeto de lei que autoriza a criação de Fundos de Investimento Imobiliário para dar destino a imóveis públicos desocupados ou subutilizados. A proposta busca gerar receita e reduzir custos de manutenção, sem venda dos bens, com o Estado mantendo o controle e a maioria nas cotas.

Tabela SUS

A nova Tabela SUS Mato Grosso ampliou os atendimentos do Fila Zero e elevou em mais de 300% a produção assistencial. Foram 226,4 mil procedimentos até maio, ante 55,6 mil no mesmo período de 2025. A medida aumentou os serviços ofertados, passando de 466 para 556 e mantendo o acesso à saúde pública.

Startup

A Nivo, startup do Parque Tecnológico e de Inovação de Campo Grande (MS), foi selecionada entre as 1 mil mais promissoras do país no Prêmio Sebrae Startups 2026, sendo classificada para o Startup Summit, que acontecerá em agosto. A empresa desenvolve soluções para a venda digital de serviços turísticos.



Mudança ocorre após relatos de aumento de tráfico de drogas

Celina Leão vai transferir Centro Pop da Asa Sul

DF tem 3.521 pessoas em situação de rua, segundo Censo 2025

Por Isabel Dourado

O Governo do Distrito Federal (GDF) vai transferir o Centro Pop da Asa Sul para um novo endereço. A decisão foi anunciada, na segunda-feira (15), pela governadora Celina Leão (PP), após reunião com secretários de diversas áreas para discutir medidas integradas de atendimento à população em situação de rua.

De acordo com a governadora, a mudança ocorre devido a questões de insegurança e relatos de aumento no tráfico de drogas na região. “É uma decisão corajosa, mas necessária. Se você for ouvir os relatos das situações que estão ocorrendo lá, do tráfico de drogas que estava acontecendo naquela região, o Estado não pode realmente fazer de conta que nada está acontecendo ali”, afirmou Celina Leão.

Segundo o último Censo de 2025, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPE-DF), a capital possui 3.521 pessoas em situação de rua, aumento de 19,4% em relação ao último Censo, realizado em 2022. Desse total, 121 são crianças e adolescentes. O Plano Piloto concentra 25,5% dessa população, e Ceilândia vem em seguida com 20,4%.

A governadora afirmou que a determinação dada às equipes é escolher um novo local que permita manter o atendimento à população em situação de rua sem comprometer a segurança da região. “Nós vamos transferir esse espaço

de acolhimento. Temos projetos exitosos, como o Hotel Social, que já está funcionando, e vamos trazer esse acolhimento para outro local, que não seja naquela região, ao lado de escolas.”

Além da transferência do Centro Pop, o GDF discutiu a implementação de um cadastro integrado da população em situação de rua, reunindo informações de diferentes órgãos para permitir atendimentos mais precisos e articulados.

A ferramenta será desenvolvida com apoio da área de tecnologia do GDF e deve facilitar o cruzamento de dados entre assistência social, saúde, segurança pública e justiça.

Além disso, foi discutido sobre o projeto de lei Projeto de Lei nº 2367/2026, de autoria do Poder Executivo. A proposta estabelece diretrizes para atendimento integrado à população em situação de rua, com foco na dignidade humana, acesso a direitos e atenção à saúde física e mental.

O PL também foi debatido na segunda-feira (15) pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa do DF. O presidente da comissão, deputado Fábio Felix (PSOL), mostrou preocupação com o conteúdo da proposta e com a tramitação em regime de urgência.

“Esse projeto cria uma expressão esdrúxula — ‘internação humanizada’ —, sem critérios objetivos, e pode servir como instrumento para restringir direitos”, afirmou.